



## **Hercules S.A. – Fábrica de Talheres**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018**  
*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)*

---

### **1. Contexto operacional**

#### **Atividades desenvolvidas**

A Companhia tem por objeto a fabricação, comercialização e licenciamento de talheres e outros artigos de mesa para o uso doméstico e a importação e exportação destes produtos, inclusive matérias-primas e equipamentos, podendo ainda participar em outras sociedades.

Atualmente, a Companhia opera com o licenciamento da Marca “Hercules” para fabricação e distribuição de talheres e outros artigos de mesa para uso doméstico e de restaurantes.

### **2. Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional**

As informações contábeis da Companhia foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional. A Administração da Hercules, entende ser capaz de cumprir com o passivo tributário (nota explicativa 8) e debêntures a pagar (nota explicativa 10).

A administração da Companhia vem atuando na reestruturação da dívida tributária, e neste sentido, em novembro de 2017, a Companhia aderiu ao Parcelamento instituído pela Lei 13.496/2017 – Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, permitindo parcelamentos de débitos fiscais vencidos até abril de 2017 com descontos e utilização de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Na mesma linha, também mantém em andamento outros parcelamentos especiais, conforme nota explicativa nº 8.

Importante destacar, que o passivo tributário federal, reconhecido contabilmente, inclusive o que fora indicado em parcelamentos mantidos pela Companhia, mesmo os indicados em parcelamentos mantidos pela Companhia, continua sendo objeto do trabalho de revisão.

Este trabalho de revisão, busca a adequação real e devida das obrigações tributárias, que compõem o saldo contábil/fiscal depois de analisada dentro do enquadramento da atual legislação e jurisprudências pacificadas de última instância no poder judiciário.

Nesta linha, dada a complexidade e volume do trabalho em desenvolvimento, a Companhia assinou contrato com consultoria jurídica para revisão e adequação de todo o seu passivo tributário.

Na atual fase, já estão sendo protocoladas petições específicas, com o objetivo de reduzir a dívida da Companhia.

Cabe destacar que a Companhia é detentora de direitos creditórios que poderão, no momento processual oportuno, quitar quaisquer débitos federais, vencidos ou vincendos, reduzindo substancialmente o passivo tributário federal da Companhia.

Em 13 de dezembro de 2013 foi realizada AGE que aprovou a emissão de debêntures de 2º emissão privada, simples, não conversível em ações, da espécie subordinada, em uma única série no montante de R\$ 389.007, pelo valor nominal à vista, por meio de utilização de débitos mantidos junto a Mundial S.A – Produtos de Consumo, decorrente de saldo por mútuo e conta corrente totalmente aprovado pela Mundial S.A em AGE na mesma data. (nota explicativa 10).

Um ponto importante é que a partir de 2018, uma das medidas adotadas pela Companhia foi a mudança no processo de distribuição dos produtos com a Marca Hercules, que até meados de 2018 era feito por terceiros e passou a ser administrada pela Mundial S.A. A busca de um melhor reposicionamento da marca no mercado, os lançamentos de novos produtos e investimentos em estratégias de marketing, são os desafios a serem enfrentados pela Administração da Companhia para melhora dos resultados futuros.

### **3. Base de preparação**

#### **a. Declaração de conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/76, com alterações pela Lei 11.638/07, e Lei 11.941/09, pronunciamentos, orientações, interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

#### **b. Declaração de relevância**

A Administração da Companhia, afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis da Companhia, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As informações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram autorizadas para emissão em reunião de diretoria realizada em 28 de março de 2019.

#### **c. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do seguinte item material reconhecido nos balanços patrimoniais:

- i. Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

#### **d. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **e. Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis, que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa 11 – Provisão para contingências.

Nota explicativa 18 - Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos.

### **4. Sumário das principais práticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### **a. Instrumentos financeiros**

##### **i. Classificação**

A Companhia classifica seus ativos ou passivos financeiros em i) custo amortizado e ii) valor justo por meio de resultado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e passivos nas características do fluxo de caixa contratuais.

### **- Custo amortizado**

São reconhecidos a custo amortizado os ativos e passivos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: Contas a receber, fornecedores, debêntures e partes relacionadas.

### **- Valor justo por meio do Resultado**

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: i) não se enquadram nos modelos de negócios para quais seria possível a classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado e iii) ativos financeiros que são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: caixas e equivalentes de caixa, outras contas a receber e direitos creditórios e outras contas a pagar.

## **ii. Mensuração**

No reconhecimento inicial a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro. Para as contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será:

### **- Custo amortizado**

Esses ativos e passivos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.

### **- Valor justo por meio do resultado**

Os ativos e passivos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

### **- Redução ao valor recuperável**

A Companhia reconhece para seus ativos e passivos classificados ao custo amortizado uma provisão referente a perda de crédito esperada, quando identificada.

Dentre os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável:

- Contas a receber de clientes nota 5
- Diretos creditórios nota 6
- Outras contas a receber nota 7

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior, entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos, que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

**b. Ativo intangível**

A Companhia reconhece um ativo intangível quando este puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, independentemente da intenção de uso pela entidade e que resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais cujos custos possam ser mensurados com confiabilidade e que seja provável que benefícios futuros sejam obtidos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo deduzidos das perdas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A vida útil estimada de ativo intangível, marcas e patentes, para o exercício corrente e comparativo é indefinida.

A cada encerramento do exercício e revisto a recuperabilidade dos mesmos e não demonstra indícios de provisão para recuperação a ser registrada.

**c. Receita operacional**

As receitas operacionais correspondem às receitas de royalties que representam um percentual auferido sobre as vendas efetuadas pelo representante autorizado a comercializar suas marcas. A receita é reconhecida ao valor líquido conforme estabelecido em cláusulas contratuais.

**d. Despesas financeiras**

As despesas financeiras abrangem despesas com atualização do passivo tributário.

**e. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos no resultado.

**f. Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 – Resultado por ação.

**g. Demonstrações de valor adicionado**

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme Normas Brasileiras de Contabilidade aplicável às companhias abertas.

**h. Novas normas vigentes em 2018**

No exercício de 2018 a Companhia analisou os possíveis impactos da adoção do CPC 47/ IFRS15 e o CPC 48/IFRS9 e não identificou possíveis impactos a serem reconhecidos no resultado do exercício ou no saldo inicial de abertura que se enquadram nestes novos pronunciamentos.

**i. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

As normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência, desde que implementadas no Brasil pelo CPC e aprovadas pela CVM e o CFC.

IFRS 16, CPC 06“Arrendamento mercantil”, esta norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo de doze meses ou um valor

imaterial. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. Considerando a avaliação previa realizada não haverá impactos a serem registrados.

## 5. Clientes

O saldo de R\$ 338, (R\$916 em 2017) corresponde royalties a receber por licenciamento da marca.

O saldo de clientes vencidos e a vencer possui a seguinte composição por idade de vencimento:

	2018	2017
Vencidos até 30 dias	-	112
A vencer até 30 dias	145	323
A vencer entre 31 e 90 dias	193	348
A vencer entre 91 e 180 dias	-	133
	<b>338</b>	<b>916</b>

## 6. Direitos creditórios

O saldo de R\$ 5.927 (R\$ 5.576 em 2017) atualizados pelo IPCA + 0,5% ao mês, referem-se aos direitos creditórios adquiriu em 2014 por meio de contrato de cessão, oriundos de processo judicial, cuja sentença procedente determinou o pagamento de indenização às usinas de álcool e açúcar em razão da prática de intervenção do governo sobre a formação dos preços praticados nas vendas, montante de R\$ 3.500, com deságio já registrado no resultado de R\$ 2.427.

Os referidos Direitos Creditórios são analisados periodicamente por advogadas externos da Companhia que apresentam parecer provável de realização bem como a possibilidade factível de utilização de Direitos Creditórios da Companhia para quitação de eventual passivo em aberto.

## 7. Outras contas a receber

O saldo de R\$146 (R\$ 182 em 2017) no circulante e R\$514 (R\$81 em 2017) no não circulante, referem-se substancialmente a aquisição créditos junto a Eletrobrás, no montante de R\$ 514. Os valores a pagar foram registrados conforme condições pactuadas.

## 8. Impostos e contribuições sociais

Composição do passivo tributário da Companhia possui a seguinte composição:

	2018	2017
Programa de recuperação fiscal - REFIS (b)	14.165	14.166
Parcelamento Ajustar - ICMS (c)	-	6.638
Outros parcelamento (d)	143	288
Outros impostos e contribuições (e)	37.698	27.628
	<b>52.006</b>	<b>48.720</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>38.409</b>	<b>31.153</b>
Obrigações fiscais federais	38.317	28.244
Obrigações fiscais estaduais	-	2.774
Obrigações fiscais municipais	92	135
<b>Passivo não circulante</b>	<b>13.597</b>	<b>17.567</b>
Obrigações fiscais federais	13.581	13.599
Obrigações fiscais estaduais	-	3.864
Obrigações fiscais municipais	16	104
	<b>52.006</b>	<b>48.720</b>

Os parcelamentos têm a seguinte composição de vencimento por ano:

2019	108
2020	35
<b>Total</b>	<b>143</b>
REFIS e impostos e contribuições	51.863
<b>Total do passivo e passivo não circulante</b>	<b>52.006</b>

**a. Parcelamento Lei 13.496/2017 – Parcelamento Federal – PERT**

Com a aprovação da Administração, em 14 de novembro de 2017, a Companhia efetuou a adesão ao programa de parcelamento de débitos federais instituído pela Lei nº. 13.496/2017 que possibilitou a inclusão de débitos federais vencidos até 30 de abril de 2017, com aplicação de descontos em multas, juros e honorários, bem como a quitação dos débitos remanescentes utilizando prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, próprios e de empresas do grupo, inclusive para quitar saldo principal.

A readequação do passivo tributário, culminou com a transferência de parte dos débitos antes indicados nos parcelamentos instituídos pelas Leis 11.941/2009, 12.996/2014 e 13.043/2014, para Parcelamento nos termos da Lei 13.496/2017 – Programa Especial de Regularização Tributária – PERT.

A Companhia aderiu ao programa de parcelamento indicando débitos no Receita Federal e Procuradoria da Receita Federal, na modalidade até R\$ 15.000, com entrada de 5%, pagos até 31 de dezembro de 2017, com descontos de multa e juros e saldo remanescente sendo quitado com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa próprio ou de empresas do grupo.

Pela adesão ao parcelamento, as dívidas tributárias foram incluídas conforme tabela abaixo:

<b>Parcelamento Especial Lei 13.496/2017 - PERT</b>	<b>2017</b>
Montante parcelado	30.179
Reduções permitidas	(19.571)
Quitação com prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(9.099)
Pagamentos efetuados até 12/2017	(1.509)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2018</b>	<b>-</b>

Os efeitos no resultado em 2017 na adesão ao Parcelamento da Lei 13.496/2017 – Programa Especial de Regularização Tributária – PERT foram de R\$ 43.240, sendo R\$ 9.524, referente a readequação do passivo tributário e R\$ 33.716 a reversão de prejuízo fiscal de base negativa de contribuição social.

**b. Tributos e contribuições sociais - Programa de recuperação fiscal - (REFIS)**

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS em dezembro de 1999, no qual declarou todos os seus débitos de tributos e contribuições sociais naquela data à Secretaria da Receita Federal - SRF e ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS. As condições mais vantajosas para amortização da dívida, dentre elas o alongamento do prazo de pagamento e a mudança de indexador (SELIC para TJLP), posteriormente normalizadas pela Resolução 004 da SRF, foram fatores determinantes para a adesão ao programa.

Com o ingresso no programa REFIS, a Companhia passou a quitar os débitos até então vencidos, à razão de 1,2% sobre o faturamento mensal.

A Companhia calcula uma previsão de pagamento futuro de toda dívida original, com base na melhor estimativa de crescimento do faturamento e deduzida da expectativa de juros futuros, resultando em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 14.165 (R\$ 602 reconhecidos no passivo circulante e R\$ 13.563 no passivo não circulante). A Administração mantém o entendimento de que estes montantes representam a melhor estimativa disponível quanto aos valores prováveis de serem desembolsados. Este montante tem sido revisado a cada data de reporte e será ajustado à medida que alterações relevantes sejam identificadas.

Atualmente a parcela mensal é de aproximadamente R\$ 2.

Para os débitos existentes junto à Secretaria da Receita Federal, foram dados em garantia na modalidade de arrolamento de bens, imóveis, máquinas e equipamentos, da coligada a Mundial S.A. – Produtos de Consumo.

O programa estabeleceu ainda como condição de permanência no mesmo, que os pagamentos das parcelas, assim como dos impostos e contribuições correntes, sejam efetuados em dia. A exclusão da Companhia do REFIS implicaria em exigibilidade imediata da totalidade da dívida inscrita ainda não paga e a automática execução das garantias prestadas, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais (SELIC) sobre o valor principal, recompondo a dívida a partir de 31 de dezembro de 1999 (data da formalização da opção).

Em 31 de Dezembro de 2018 essa eventual recomposição resultaria no valor de R\$ 333.158, sendo necessário reconhecer um passivo adicional de cerca de R\$ 318.993 e reclassificar para o passivo circulante a totalidade do débito classificado no passivo não circulante, no montante de R\$ 13.563.

Adicionalmente, conforme requerido pela instrução CVM nº. 346 demonstramos abaixo a composição dos débitos e contribuições sociais incluídos no programa aos valores nominais deduzindo os pagamentos efetuados e o saldo remanescente, atualizados pela TJLP:

	Principal	Juros e multa	Total	Atualização TJLP	Amortização	2018
PIS	2.597	1.519	4.116	5.783	(84)	9.815
COFINS	9.621	7.267	16.888	23.724	(345)	40.267
IPI	22.450	22.819	45.269	63.596	(924)	107.942
IRRF	2.323	2.321	4.644	6.525	(95)	11.074
CSLL	16.183	-	16.183	22.735	(330)	38.588
IRPJ	33.724	-	33.724	47.378	(688)	80.414
INSS	27.950	23.934	51.884	72.890	(1.059)	123.716
	<b>114.848</b>	<b>57.860</b>	<b>172.708</b>	<b>242.631</b>	<b>(3.524)</b>	<b>411.815</b>

A Companhia foi considerada excluída do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, pelo Comitê Gestor do Programa, por alegada falta de consolidação dos débitos tributários constantes do PA nº 11080.001223/96-38. Assim, considerando a existência de documentação comprobatória da inclusão dos referidos débitos tributários e baseados no posicionamento dos seus consultores jurídicos, a Companhia tem discutido através de medidas judiciais a sua manutenção no programa de parcelamento. A discussão judicial encontra-se neste momento em sede de Recurso Especial perante o Superior Tribunal de Justiça – STJ. Os consultores jurídicos entendem, ainda, que os argumentos e o suporte documental apresentados na defesa da Companhia são suficientes para permitir que as decisões definitivas venham ser proferidas em seu favor.

Nos autos da Execução Fiscal nº. 5016265-59.2015.04.7100, em trâmite perante a 16ª Vara Federal de Porto Alegre, cujos débitos estão consolidados nos termos da Lei nº. 9964/2000 – REFIS, ocorreu um leilão por ordem judicial das ações da empresa coligada Mundial S/A – Produtos de Consumo de propriedade da Companhia que estavam penhoradas. O leilão resultou na venda de 259.750 ações do tipo ON de emissão da Mundial S/A – Produtos de Consumo no valor total de R\$ 1.087 que foram convertidos em depósito judicial conforme requerido pelo ofício no. 710001892719.

Na ocasião, a ZHEPAR Participações LTDA adquiriu da Companhia a participação de 7,51% da coligada Mundial S/A – Produtos de Consumo e outros investidores adquiriram 2,92% das ações, totalizando a alienação de 10,43% do investimento. Referida negociação das ações em nada altera a opinião dos assessores jurídicos quanto a êxito provável da ação judicial sobre a manutenção da Companhia no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS.

### c. Parcelamento Ajustar - ICMS

Em 25 de agosto de 2010, a Hercules aderiu ao parcelamento de débitos de ICMS (AJUSTAR) junto à Secretaria da Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul. O referido parcelamento concedeu redução de juros no montante de R\$ 18.715 e o pagamento do saldo restante em 120 parcelas, atualizadas pela SELIC.

Em 02 de agosto e 28 de setembro de 2018, a Companhia ingressou no programa COMPENSA RS - Programa de Compensação de Dívida Ativa com Precatórios, com base no Decreto Lei 53.974/18 e 54.179/18, Lei Estadual 15.038/17.

A adesão, contemplou débitos tributários ajuizados ou não, inscritos em dívida ativa até 25 de março de 2015. Os débitos indicados podem ser compensados no limite de 85%, com descontos de até 30% dos juros e pagamento em dinheiro até 15%, gerando a quitação de todos os débitos de ICMS da Companhia.

Após análise e validação da assessoria jurídica, os efeitos desta adesão foram reconhecidos em dezembro de 2018, o montante parcelado após a exclusão de benefícios de parcelamentos anterior foi de R\$ 12.474 milhões com desconto de R\$ 2.790 milhões com entrada de R\$ 1.452, milhões, o restante no valor de R\$ 8.232 milhões, quitado com precatórios estaduais com deságio de R\$ 4.939 milhoes.

#### **d. Outros parcelamentos**

O saldo é composto por parcelamentos de Imposto Predial e Territorial Único – IPTU, que a Companhia possui com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre no montante de R\$ 104 com parcela mensal de R\$ 7, salário educação no montante de R\$ 38, com parcela mensal de R\$ 2.

#### **e. Outros Impostos e contribuições**

O saldo é composto por impostos e contribuições correntes não parcelados.

#### **f. Revisão passivo tributário**

A Companhia, mantém continuo trabalho de diagnóstico e revisão do passivo tributário com o intuito de confirmar a possível existência de créditos serem constituídos com base nas obrigações tributária que compõem o saldo contábil/fiscal ou de períodos anteriores considerando o correto enquadramento da atual legislação e jurisprudências pacificadas de última instância no poder judiciário.

Nesta linha, dada a complexidade e volume do trabalho em desenvolvimento, a Companhia assinou contrato com consultoria jurídica para revisão e adequação de todo o passivo tributário federal da Companhia e suas controladas.

Na atual fase, já estão sendo protocoladas petições específicas, com o objetivo de reduzir substancialmente a dívida da Companhia consolidada nos parcelamentos federais acima delineados.

Até o presente momento, somente no que diz respeito aos valores em decadência perante os órgãos federais, a consultoria já identificou e apresentou requerimento no montante de R\$ 2.986, valores diretamente vinculados ao parcelamento instituído pela Lei nº. 11.941/2009.

As matérias objeto dos pedidos de cancelamento e extinção de débitos requeridos à Procuradoria da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, que administram e cobram os débitos Companhia, encontram amparo legal no CTN (Código Tributário Nacional), Leis Ordinárias, Medidas Provisórias, Pareceres e Notas editadas pela PGFN - Procuradoria da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil com aprovação ministerial (MF), Soluções de Consulta Internas editadas pelo COSIT (Coordenação-Geral de Tributação) e CODAC (Coordenação de Arrecadação e Administração do Crédito Tributário), acórdãos e decisões do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e STF (Supremo Tribunal Federal).

#### **g. Garantias prestadas**

Em garantia dos parcelamentos com a Receita Federal do Brasil - RFB foram oferecidos terrenos, imóveis, máquinas e equipamentos da Mundial S.A - Produtos de consumo, e terrenos e imóveis das partes relacionadas, Monte Magré S.A. e Eberle Agropastoril S.A.

### **9. Partes relacionadas**

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, assim como as transações que influenciaram os resultados dos períodos, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre partes relacionadas.

Tais transações, dadas as suas características específicas, não são comparáveis às transações realizadas com terceiros não relacionados.

Os impactos das transações entre partes relacionadas, estão demonstrados a seguir:



	<u>Mundial S.A.</u>	<u>Bellini S.A.</u>	<u>ZHEPAR</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo em 2018</b>				
Debêntures	324.582	-	-	<b>324.582</b>
Saldo ativo entre partes relacionadas	-	-	261	<b>261</b>
Saldo passivo entre partes relacionadas	14.861	2.966	-	<b>17.827</b>
<b>Saldo em 2017</b>				
Debêntures	324.582	-	-	<b>324.582</b>
Saldo ativo entre partes relacionadas	-	-	261	<b>261</b>
Saldo passivo entre partes relacionadas	10.059	2.966	-	<b>13.025</b>

Abaixo apresentamos as características:

<b>Empresa</b>	<b>Remuneração</b>	<b>Vencimento</b>
Mundial S.A- Produtos de Consumo	Não remunerada	Indeterminado
Bellini S.A.	Não remunerada	Indeterminado
Zhepar Participações Ltda	Não remunerada	Indeterminado

Em 13 de dezembro de 2013 a Companhia emitiu debêntures no montante de R\$ 389.007, que foram subscritas no seu total à vista pelo saldo decorrente da conta corrente existente entre a Companhia e a Mundial S.A, conforme descrito na nota explicativa 10.

## 10. Debêntures a pagar

O saldo das debêntures a pagar é de R\$ 324.582 (idem 2017) e possui as seguintes características:

Em 13 de dezembro de 2013 foi realizada AGE que aprovou a emissão de debêntures de 2º emissão privada, simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em uma única série no montante de R\$ 389.007, pelo valor nominal à vista por meio de utilização de débitos mantidos junto à Mundial S.A – Produtos de Consumo, decorrente de saldo por mútuo e conta corrente totalmente aprovado pela Mundial S.A em AGE na mesma data.

As debêntures são perpétuas e somente ocorrerá o seu vencimento, de sua quitação integral, em caso da dissolução da sua emissora, ou, antecipadamente se a emissora descumprir qualquer das obrigações estabelecidas na escritura de emissão.

O valor nominal das debêntures, sobre o qual não incidirá qualquer correção monetária, será pago em espécie e (i) amortizado anualmente, com base no fluxo de caixa operacional livre do exercício social vencido, nos 10 primeiros dias úteis após a divulgação das demonstrações financeiras da Emissora, em qualquer das formas previstas no Art. 133 da lei nº 6.404/76, obrigatoriamente, e (ii) amortizado trimestralmente caso haja fluxo de caixa operacional livre positivo, nos 10 primeiros dias úteis após a divulgação das demonstrações financeiras da emissora do trimestre imediatamente anterior, em qualquer das formas previstas no Art. 133 da lei nº 6.404/76, e, de forma não obrigatória e a exclusivo critério da Emissora, e por ocasião do vencimento final ou do vencimento antecipado, até 10º dia útil posterior ao evento.

A Companhia oferece como garantia de penhor os registros da Marca de sua titularidade para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas.

Em novembro de 2014 a Companhia enviou a Mundial S.A. o valor R\$ 84.369, através de transferência prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social para que a mesma utilização no parcelamento da Lei nº. 13.043/2014, sendo esse valor utilizado para amortização de parte do saldo das debêntures.

Em novembro de 2017 a Companhia aderiu ao parcelamento Lei nº. 13.496/2017, conforme mencionado na NE 08, o que resultou na reversão de parte dos prejuízos fiscais e base negativa utilizados para a amortização das debêntures, conforme mencionado no parágrafo anterior, no montante de R\$ 19.944.

Anualmente, empresa independente fornece laudo de revisão do valor da marca Hercules, dada em garantia e laudo de capacidade de realização de pagamento dessas debêntures. O valor da marca dado em garantia corresponde a R\$ 306.220 (R\$295.554 em 2017). Os laudos efetuados por especialistas externos foram aprovados pela Diretoria da Companhia.

## 11. Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisa as demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas constitui provisão.

O saldo de R\$ 13 em 2018 e 2017, e considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações trabalhistas em curso.

Existem processos e obrigações cíveis, trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança devido a eventos futuros incertos, nos montantes apresentados no quadro abaixo:

	2018	2017
Causas trabalhistas	18	17
Causas tributárias	-	2.722
Causas cíveis	2.059	2.091
	<b>2.077</b>	<b>4.830</b>

## 12. Patrimônio líquido

### Capital social

O capital social de R\$ 15.300, excluída a correção monetária de R\$ 7.509, dividido em 171.198 ações ordinárias e 338.801 ações preferenciais, todas sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado, anualmente, distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 30% do lucro líquido ajustado. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam da prioridade do direito ao recebimento de um dividendo mínimo de 6% ao ano sobre o capital social.

O capital social poderá ser aumentado, independente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho Administrativo sobre subscrição de ações públicas ou particular, observando o limite de 50.597.929 ações ordinárias nominativas e 101.195.858 ações preferenciais nominativas.

#### i. Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

#### ii. Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação pelos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto, quando destinados são reconhecidos como passivo.

## 13. Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia no exercício e a respectiva quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste exercício, comparativamente com o mesmo exercício de 2017 conforme o quadro abaixo:

Data	Histórico	Quantidade de ações ordinárias	Média ponderada de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Média ponderada de ações preferenciais
31/12/2018	Saldo final de ações	171.198	171.198	338.801	338.801
31/12/2017	Saldo final de ações	171.198	171.198	338.801	338.801

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Resultado do período	1.344	(52.508)
Média do período de ações ordinárias	171.198	171.198
Média do período de ações preferenciais	338.801	338.801
Resultado por ação ordinária básico e diluído	2,6353	(102,9561)
Resultado por ação preferencial básico e diluído	2,6353	(102,9561)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia apresenta o resultado por ação diluído em mesmo montante que o cálculo básico, pois não existem instrumentos financeiros com direito a conversibilidade em ações e suas ações ordinárias e preferenciais não possuem distinção na participação dos lucros.

#### 14. Receita operacional líquida

Conciliação da receita bruta e líquida, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Receita bruta de serviços	1.744	2.960
Impostos sobre serviços	(222)	(377)
Programa de recuperação fiscal (REFIS)	(21)	(36)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.501</b>	<b>2.547</b>

#### 15. Despesas por natureza

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Receitas e despesas por função</b>		
Despesas administrativas (a)	(452)	(9.484)
Outras receitas operacionais (a)	9.229	-
Outras despesas operacionais	-	(20)
	<b>8.777</b>	<b>(9.504)</b>
<b>Despesas por natureza</b>		
Serviços contratados com terceiros	(165)	(212)
Reclamatória cíveis trabalhista	(97)	(239)
Outras receitas e despesas operacionais (a)	9.039	(9.053)
	<b>8.777</b>	<b>(9.504)</b>

(a) Em 2017 a Companhia assinou distrato que mantinha com distribuidor dos produtos com marca Hercules, registrando uma multa no montante de R\$ 9.200. Em 2018 o compromisso de honrar os pagamentos da multa foi assumido pela nova empresa distribuidora gerando o estorno da despesa.

#### 16. Resultado financeiro

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Desagio de precatórios Estadual - COMPENSA-RS (a)	4.939	-
Atualização passivo tributário	(13.575)	(2.311)
Efeitos da Readequação do passivo tributário e adesão ao PERT (b)	-	(9.524)
<b>Total resultado financeiro</b>	<b>(8.636)</b>	<b>(11.835)</b>

(a) O saldo de R\$ 4.939 apresentado de forma detalhada na nota explicativa 8 item "c".

(b) O saldo de R\$ 9.524 apresentado de forma detalhada na nota explicativa 8 item "a"

## 17. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas oficiais e são demonstrados como segue:

	2018	2017
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>1.642</b>	<b>(18.792)</b>
Outras adições e exclusões permanentes e temporárias, líquidas	(288)	743
(-) Compensação de 30% dos Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	(406)	-
<b>Base de cálculo</b>	<b>948</b>	<b>(18.049)</b>
Imposto de renda 15%	(142)	-
Contribuição social 9%	(85)	-
Adicional de 10%	(71)	-
<b>Total</b>	<b>(298)</b>	<b>-</b>
<b>Alíquota efetiva do imposto</b>	<b>18%</b>	<b>0%</b>

A Companhia possui estoque de prejuízo fiscal e base negativa não ativada no montante de R\$51.334.

## 18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

### a. Análise dos instrumentos financeiros

A avaliação dos ativos e passivos financeiros da Companhia em relação aos valores justos de mercado foi efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

### b. Categorias e mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados a custo de amortizado e valor justo por meio de resultado, estão demonstrados abaixo:

Custo amortizado	Valor contábil		Valor justo	
	2018	2017	2018	2017
Clientes	338	916	338	916
Partes relacionadas ativas	261	261	261	261
Fornecedores	49	42	49	42
Debêntures	324.582	324.582	324.582	324.582
Partes relacionadas passivas	17.827	13.025	17.827	13.025

  

Valor justo por meio de resultado	Valor contábil		Valor justo	
	2018	2017	2018	2017
Outras contas a receber	660	263	660	263
Direitos creditórios	5.927	5.576	5.927	5.576
Outras contas a pagar	995	9.963	995	9.963
Outros Investimentos	504	194	504	194

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros são incluídos no valor pelo qual os instrumentos poderiam ser trocados em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

Contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm atualização monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

**c. Gestão de risco**

As operações contábeis da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração, a estrutura, o custo e o prazo das operações cotadas:

**i. Risco de moeda com variações cambiais**

A Companhia não tem exposição relevante ao risco de variação em moeda estrangeira.

**ii. Risco de crédito**

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se, as contas a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Contas a receber de clientes	338	916

**iii. Risco de liquidez**

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia em honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas dívidas com o exercício de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

**19. Cobertura de seguros**

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contratada pela parte relacionada Mundial S/A é composta por R\$ 3.150 para responsabilidade civil e R\$ 162.000 para danos materiais. Tais apólices são corporativas e englobam também os riscos relacionados à Hercules S.A. - Fábrica de Talheres.

\* \* \* \* \*

**Conselho de Administração**

Michael Lenn Ceitlin - Presidente  
Paulo Roberto Leke - Vice-Presidente  
Adolpho Vaz de Arruda Neto- Conselheiro

**Diretoria**

Michael Lenn Ceitlin - Diretor Superintendente e de Relações com Investidores  
Júlio Cesar Câmara - Diretor  
Marcelo Fagundes de Freitas - Diretor

Ivanês Grison Souto  
TCCRC nº RS 084547/O-0 SSP